



Serviço Público Federal
Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Sócio-Econômico
Departamento de Ciências da Administração
Fone/Fax: 3721-9374 - 3721.6686
CEP: 88.010-970 – Florianópolis - Santa Catarina
Programa Nacional de Formação em Administração Pública – PNAP

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina

Curso: Bacharelado em Administração Pública

Disciplina: Direito e Legislação Tributária

Professor: Humberto Pereira Vecchio

Código: DIR 9105

Carga Horária: 30 horas

2. EMENTA:

Direito e Legislação Tributária: conceito e objeto. Princípios constitucionais tributários. Conceito de Tributo. Obrigação tributária e crédito tributário. Normas constitucionais relativas ao sistema tributário nacional e das normas gerais de Direito Tributário. Tributos em espécie.

3. OBJETIVO GERAL DA DISCIPLINA:

Estudar os principais temas pertinentes à Legislação Tributária. Verificar a importância do direito tributário para a administração pública.

4. OBJETIVO(S) ESPECÍFICO(S) DA DISCIPLINA:

- Descrever os principais institutos de Direito Tributário
- Conhecer os princípios constitucionais tributários.
- Analisar as normas gerais em matéria tributária
- Conhecer a classificação dos tributos.
- Examinar aspectos essenciais dos tributos.
- Examinar aspectos essenciais dos impostos em espécie.

5. METODOLOGIA DO TRABALHO:

O desenvolvimento das atividades do curso será com o uso dos seguintes recursos:

Livro texto

Videoaula

Atividades

Chat com os tutores

Chat com professor

Tutoria a distância

Tutoria presencial

Quanto ao uso do material impresso, ao final de cada unidade, o aluno encontrará sugestões de leituras e atividades obrigatórias e/ou complementares, além da indicação de textos, livros e sites.

As videoaulas complementam o conteúdo abordado no livro texto, por intermédio de exemplos práticos e explicações detalhadas do professor. O aluno pode assistir as videoaulas no tempo que julgar adequado.

O livro texto traz atividades que serão desenvolvidas pelos alunos ao longo da disciplina, conforme orientação do professor. Para realizá-las, o aluno conta com o uso de ferramentas de interatividade, para sanar suas dúvidas com o professor, através do chat com o professor (previamente agendados) ou com a tutoria a distância.

A comunicação com os tutores a distância pode ser por meio do ambiente virtual de ensino-aprendizagem ou através do telefone 3721.4940.

Em complemento, a tutoria presencial disponibiliza no ambiente virtual os horários de funcionamento do pólo. Os alunos podem formar grupos de estudos, sob coordenação dos tutores presenciais.

6. SISTEMA DE AVALIAÇÃO:

a) Atividades de aprendizagem – 4,0 pontos

Na disciplina haverá três atividades que deverão ser entregues nas datas previamente agendadas.

A média das notas nas atividades valerá 40% da nota final, ou 4 pontos.

Observação: Atividades atrasadas não serão aceitas pelos tutores.

b) Prova presencial – 6,0 pontos

Será realizada uma prova presencial.

A nota da prova valerá 60% da nota da disciplina, ou 6,0 pontos.

Será aprovado o aluno com média maior ou igual a 6,0. O aluno com média inferior a 3,0 terá direito à dependência. O aluno que tiver média maior ou igual a 3,0 e menor ou igual a 5,5 terá direito a uma prova de recuperação. A nota final do aluno que fizer recuperação será a média aritmética simples da média das avaliações parciais e a nota da prova de recuperação. Se a nota final for maior ou igual a 6,0 o aluno será aprovado, caso contrário terá direito a dependência de acordo com as normas do curso.

7. BIBLIOGRAFIA :

ALEXANDRE, Ricardo. *Direito Tributário esquematizado*. 6. ed. São Paulo: Método, 2012.

AMARO, Luciano. *Direito Tributário brasileiro*. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CHIMENTI, Ricardo Cunha. *Direito Tributário*. São Paulo: Saraiva, 2002.

FERNANDES, Marcos Antonio Oliveira; SILVA, Mauro. *Direito Tributário*. São Paulo: BF&A, 2005.

MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de Direito Tributário*. 21 ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

RODRIGUES, Luiz Antônio Barroso. *Direito e Legislação Tributária*. 2ª. Ed. Florianópolis: CAD-UFSC, 2012.